



ACÓRDÃO Nº 416/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11517/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Miguel Arantes (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1563/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar Revel**, preliminarmente, o **Sr. Miguel Arantes**, Presidente e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº 2423/96 c/c art. 88, RITCE, pela ausência de manifestação no prazo para oferecimento de defesa e justificativas das impropriedades apontadas ao longo da instrução processual;
- 10.2. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa - FUMPAS, referente ao exercício de 2017, tendo como responsável à época o **Sr. Miguel Arantes**, Presidente do FUMPAS, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96,



ACÓRDÃO Nº 416/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c/c o art. 11, III, "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Miguel Arantes, Presidente do FUMPAS, no valor de **R\$ 57.725,00** (cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais), por deixar de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, conforme **item 19** da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos nos cofres Municipais, no prazo de 30 dias, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Miguel Arantes, ordenador de despesa, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18 da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019



ACÓRDÃO Nº 416/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança Procurador, em Substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador, em Substituição